

ESTUDO DO ESPAÇO SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO NO CONTO “VIRGINIUS” DE MACHADO DE ASSIS

Letícia Santana STACCIARINI¹

Universidade Federal de Goiás - *Campus Catalão*
lelestacciarini@hotmail.com

Resumo: O conto "Virginius (narrativa de um advogado)", publicado originalmente no "Jornal das Famílias" em agosto de 1864, enfatiza, praticamente em sua totalidade, o Direito. Nesse sentido, vale dizer que ele retrata situações jurídicas típicas mescladas com espaço e personagens jurídicos. Além disso, na respectiva narrativa, o autor Machado de Assis procura abordar as soluções das lides de acordo com o contexto histórico da época e menciona o instituto do Tribunal do Júri em sua trama. Por tudo isso, cabe frisar que a proposta em tela surge como discussão inicial para o desenvolvimento de uma pesquisa de Mestrado na qual se pretende elucidar a presença dos personagens jurídicos em contos selecionados de Machado de Assis. Desse modo, enumera-se que o trabalho em tela tentará a realização de um estudo do espaço sob a perspectiva do Direito tomando inicialmente como subsídio o conto supracitado. Para tanto, vale enfatizar que a possibilidade de um estudo do espaço dentro de um contexto narrativo faz-se necessária aos olhos de um leitor mais atento. Isso, levando-se em consideração que ele é, de fato, elemento de grande contribuição para a formação da conduta humana.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Brasileira; Machado de Assis; Espaço.

1. Considerações iniciais

O conto “Virginius (narrativa de um advogado)” foi publicado originalmente no “Jornal das Famílias” em agosto de 1864 e acabou não sendo republicado por Machado de Assis em vida. Em 1959, a Editora Nova Aguilar lança, em primeira edição, a **Obra completa** de Machado acrescentando contos não publicados em livros pelo autor. Um exemplo disso é o título “Outros contos” que inclui também o tomado para estudo.

Durante seu enredo, o leitor depara-se com a presença de representantes opositivos da classe dominante. Além disso, vale dizer que a narrativa “atua como exemplaridade de relacionamentos viciados no sistema social escravista. A violência marca os vínculos e, concomitantemente, significa a única possível saída para as situações conflituosas” (LEAL, 2002, p. 1).

No que diz respeito ao título do conto, é possível uma explicação a partir do próprio narrador que “diz referir-se à tragédia de Virginius, da sociedade romana, há vinte e três séculos. Nessa tragédia, Ápio Cláudio apaixonou-se por Virgínia, filha de Virginius. Como foi impossível conquistá-la, o único meio que restava ao apaixonado foi escravizá-la” (LEAL, 2002, p. 1). Assim, “foi ao tribunal reclamar a entrega de sua escrava Virgínia. O infeliz pai, sem conseguir evitar o infortúnio, nem por meio de suas súplicas, nem por meio de suas

¹ Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, sob a orientação da professora Dra. Maria Imaculada Cavalcante.
lelestacciarini@hotmail.com

ameaças, cravou uma faca de açougue no peito de Virgínia” (LEAL, 2002, p. 1).

Cabe ressaltar que o conto já resguarda a atenção de um olhar jurídico frente o seu próprio título. Isso, levando-se em consideração que fica explícito a retratação de uma trama narrada, de modo específico, por um advogado, tal como de fato acontece. Em um contexto temporal, tem-se que “Virginius (narrativa de um advogado)” se passa no Brasil do século XIX, na véspera das festas de São João.

Por tudo isso, o estudo em questão elucidará tanto a representação de situações jurídicas típicas quanto, principalmente, a marcação do elemento espacial. Assim, adianta-se que “o espaço narrativo tem enorme relevância na constituição de sentidos da narrativa literária, visto que os fatos ficcionais só conseguem erguer-se a partir de uma localização que lhes dê sustentáculo e sentido” (GAMA-KHALIL, 2008, p. 41).

Desse modo, não estranha, porém, que caminhando para o encerramento da referida narrativa com o réu da história sendo levado a júri, será retratado o próprio instituto do Tribunal: “Poucos dias depois instalou-se o júri onde tinha de comparecer Julião. De todas as causas, era aquela a que mais medo me fazia; não que eu duvidasse das atenuantes do crime, mas porque receava não estar na altura da causa” (ASSIS, 2008, p. 66). Trata-se de uma localização de suma importância para esclarecimento e resolução da trama suscitada no delongar do texto literário.

2. Análise do Conto Sob a Perspectiva Espacial

No conto “Virginius (narrativa de um advogado)” a “presença do regional se faz marcante e não pode deixar de ser notada” (ARENDETT & PELINSER, 2012, p. 2). Sendo assim, a narrativa inicia-se com o recebimento de um bilhete anônimo convocando o protagonista da história, um advogado/narrador, a comparecer em uma vila distante da corte para acompanhar um processo. Eis o curioso bilhete:

O Dr. *** é convidado a ir à vila de... tomar conta de um processo. O objeto é digno do talento e das habilitações do advogado. Despesas e honorários ser-lhe-ão satisfeitos antecipadamente, mal puser pé no estribo. O réu está na cadeia da mesma vila e chama-se Julião. Note que o Dr. é convidado a ir defender o réu (ASSIS, 2008, p. 51).

Merece destaque nesse sentido o fato de que, quando se fala da autoria de Machado, “vira e mexe, os personagens se veem embrenhados no universo das leis, envolvidos com alguma pendenga legal ou judicial” (ALKMIM, 2008, p. 10). Dessa forma,

quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nas personagens; quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente na vida que vivem, nos problemas em que se enredam, na linha do seu destino – traçada conforme uma certa duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente (CANDIDO, 2007, p. 53).

Por isso, é prudente visualizar a realidade de que “o enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuitos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam” (CANDIDO, 2007, p. 54).

Em relação ao personagem do meio jurídico, sua importância em Machado de Assis pode ser também constatada quando observar-se que “em dois dos seus principais romances, Machado elegeu advogados como narradores. Brás Cubas, formado na Universidade de

Coimbra, e Bento Santiago, na Faculdade do Largo de São Francisco (São Paulo)” (OLIVO, 2008, p. 11).

Segundo Umrigar (2008, p. 7) “é preciso uma cidade para escrever um livro”. Para a autora, “embora escrever seja uma forma infinitamente solitária de passar o tempo, o escritor nunca está tão só quanto imagina” (UMRIGAR, 2008, p. 7). Assim, no conto em tela, tem-se que o protagonista-advogado, movido pela curiosidade e também visualizando a promessa de bons lucros, resolve seguir até o local certo da ideia de que aquele bilhete misterioso e anônimo aparentava-lhe como um romance. Ficou surpreso ao tomar conhecimento de que o dono era conhecido na região:

Pio é, por assim dizer, a justiça e a caridade fundidas em uma só pessoa. Só as grandes causas vão ter às autoridades judiciárias, policiais ou municipais; mas tudo o que não sai de certa ordem é decidido na fazenda de Pio, cuja sentença todos acatam e cumprem. Seja ela contra Pedro ou contra Paulo, Paulo e Pedro submetem-se, como se fora uma decisão divina. Quando dois contendores saem da fazenda de Pio, saem amigos. É caso de consciência aderir ao julgamento de Pai de todos (ASSIS, 2008, p. 53).

Procurando entender toda essa situação, o advogado ficou curioso para conhecer aquele homem tido como um juiz por parte da população local. Como se não bastasse, ainda obteve a informação de que “Pio não tem escravos, tem amigos. Olham-no todos como se fora um Deus. É que em parte alguma houve nunca mais brando e cordial tratamento a homens escravizados” (ASSIS, 2008, p. 54), o que acabava por ser incomum na época.

Após esclarecer a identidade de Pio, seu antigo amigo resolveu contar-lhe um pouco da história do crime propriamente dito. Entretanto, o visitante impediu-o clamando para que ele ouvisse da boca do próprio réu o acontecido e, por isso, o anfitrião apenas fez questão de deixar claro a sua visão. Para ele e a maioria Julião era inocente, ou melhor, quase inocente, o que acabou por provocar maior empenho do advogado em ir até a cadeia para conhecer o desafortunado:

era um homem trigueiro, de mediana estatura, magro, débil de forças físicas, mas com uma cabeça e um olhar indicativos de muita energia moral e alentado ânimo. Tinha um ar de inocência, mas não da inocência abatida e receosa; parecia antes que se glorificava com a prisão, e afrontava a justiça humana, não com a impavidez do malfeitor, mas com a daquele que confia na justiça divina (ASSIS, 2008, p. 56).

Vale dizer que o réu também era um dos protegidos de Pio e por quem ele apresentava uma enorme afeição. Tanto é verdade que Julião havia ganhado dele um sítio pouco distante da fazenda para viver com sua filha menor e, foi em virtude da perda de sua esposa, que o mesmo recorreu à proteção do fazendeiro. A menina, que nos dizeres do pai era a “mulatinha mais formosa daquelas dez léguas em redor” (ASSIS, 2008, p. 56), chamava-se Elisa e possuía sete anos na época.

Tudo o que Julião queria – conhecido por seus esforços e trabalho – era proporcionar um pecúlio à sua filha, deixando-a amparada quando ele falecesse. O fazendeiro, por sua vez, tinha um filho mais velho três anos que Elisa, “era um bom menino, educado sob a vigilância de seu pai, que desde os tenros anos inspirava-lhe aqueles sentimentos a que devia sua imensa popularidade” (ASSIS, 2008, p. 57).

As crianças eram muito amigas e estavam quase sempre juntas. Viviam “naquela comunhão da infância que não conhece desigualdades nem condições” (ASSIS, 2008, p. 57). Entretanto, “trouxo o tempo as divisões, e anos depois, quando Carlos apeou à porta da

fazenda com uma carta de bacharel na algibeira, uma esponja se passara sobre a vida anterior” (ASSIS, 2008, p. 57).

Fica claro, então, a contribuição do elemento espacial ao estabelecer “contraste com as personagens” (BORGES FILHO, 2011, p. 2-6). Não apenas isso, mas o espaço acaba também influenciando as personagens e sofrendo suas ações (BORGES FILHO, 2011, p. 2-6). Assim, percebe-se que a infância e o espaço rural acabam propiciando a relação de igualdade entre as duas crianças. Entretanto, após o contato do jovem com o espaço urbano e sua conquista do título de bacharel, a relação deles já não é mais a mesma.

O dia do retorno de Carlos foi de alvoroço geral. Receberam-no com festa na fazenda de seu pai e Julião também se juntou a todos para comemorar. Era como se depositassem na presença daquele rapaz um sentimento de felicidade comum. Porém, com o passar do tempo, Pio notara em seu filho uma mudança de comportamento e hábitos percebendo muitas mudanças quando o comparava àquele rapaz que saíra de casa anos antes. Nesse entremeio, o espaço se transforma e pode ser notado como a “paisagem resultado da expressão humana, com significados subjetivos” (PINHEIRO NETO, 2011, p. 40).

O que o magoava sobretudo, é que o filho bacharel não buscasse os livros, onde pudesse, procurando novos conhecimentos, entreter uma necessidade indispensável para o gênero de vida que ia encetar. Carlos não tinha mais que uma ocupação e uma distração: a caça. Levava dias e dias a correr o mato em busca de animais para matar, e nisso fazia consistir todos os cuidados, todos os pensamentos, todos os estudos (ASSIS, 2008, p. 58).

Paralelamente a isso, como atividade rotineira, Carlos costumava sempre passar pelo sítio em que Elisa vivia com seu pai e por lá ficava durante algum tempo conversando com a moça. Assim, quando Julião retornava do trabalho para casa, costumeiramente oferecia ao rapaz seu modesto jantar e, muito embora ele nunca aceitasse isso não o impedia de ficar conversando sobre a caça ao longo de tais refeições.

Os dias se passavam sem nenhum tipo de mudança até que, certa vez, quando Julião retornara do trabalho, notou em sua filha um semblante triste. A menina encontrava-se com os olhos vermelhos de lágrimas. Seu pai perguntou-lhe logo o que havia acontecido e Elisa relutou bastante, mas acabou cedendo à insistência do pai. Disse-lhe que Carlos, ao contrário do que a menina imaginava, começou a apresentar sintomas de que possuía por ela algo mais do que mera amizade:

[...] declarou-me hoje que gostava de mim, que eu devia ser dele, que só ele me poderia dar tudo quanto eu desejasse, e muitas outras coisas que eu nem pude ouvir, tal foi o espanto com que ouvi as suas primeiras palavras. Declarei-lhe que não pensasse coisas tais. Insistiu; repeli-o... Então, tomando um ar carrancudo, saiu, dizendo-me: - Hás de ser minha! (ASSIS, 2008, p. 58).

O pobre homem, petrificado, refletia acerca das más intenções de Carlos e se questionava sobre como poderia de tão bom pai sair um filho tão mau. Então, ele resolveu seguir até a fazenda para ter uma conversa com o dito cujo. O pai de Elisa foi direto ao ponto e pediu encarecidamente ao mesmo que deixasse sua filha em paz. Nesse contexto, depois de relutar um pouco fugindo da realidade dos fatos, Carlos resolveu assumir o seu comportamento: “basta, disse; confesso-te, Julião, que era uma loucura minha de que me arrependo. Vai tranquilo: respeitarei tua filha como se fosse morta” (ASSIS, 2008, p. 59).

Julião ficou tão alegre que quase beijou as mãos do rapaz e Elisa ficou satisfeita com o pacífico desenlace. Todavia, mais ou menos quinze dias após o acontecido, enquanto voltava

da fazenda do Pai de todos, ele se deparou com gritos sufocados vindos de sua casa. Conseguiu abrir as janelas que se encontravam cerradas e a primeira visão que teve foi a da parenta amordaçada caída no chão. Havia uma cadeira e outras coisas em completa desordem. Além disso, sua filha debatia-se nos braços de Carlos aparentando estar sem forças e sem esperança de obter misericórdia.

Julião teve tempo de arrancar Elisa dos braços de Carlos. Cego de raiva, travou de uma cadeira e ia atirar-lha, quando os capangas, entrados a este tempo, o detiveram. Carlos voltara a si da surpresa que lhe causara a presença de Julião. Recobrando o sangue frio, cravou os olhos odiendos no desventurado pai, e disse-lhe com voz sumida: - Hás de pagar-me! (ASSIS, 2008, p. 60).

De modo covarde e a mando do infeliz, cinco capangas amarraram o pai sofredor. Após isso, saiu Carlos com outros quatro capangas deixando-o sob a vigília de um deles e, então, sua filha pôde desatar-se em choro. Após alguns minutos, Julião resolveu comunicar-se com a moça:

- Elisa, tens realmente a tua desonra por uma grande desgraça?
 - Oh! meu pai! exclamou ela.
 - Responde: se te faltasse a pureza que recebeste do céu, considerar-te-ias a mais infeliz de todas as mulheres?
 - Sim, sim, meu pai!
 Julião calou-se.
 Elisa chorou ainda. Depois voltou-se para a sentinela deixada por Carlos e quis implorar-lhe misericórdia (ASSIS, 2008, p. 61).

Ao contrário disso, Julião bradou para que a mesma não clamasse por mais nada e pediu que a filha se aproximasse dele. Seu pai, mesmo com os braços atados, ainda conseguia mover um pouco as mãos. No que diz respeito ao elemento espacial dentro do texto literário, ressalta-se que a sua criação “serve a variados propósitos” (BORGES FILHO, 2007, p. 35) e, “muitas vezes, mesmo antes de qualquer ação, é possível prever quais serão as atitudes da personagem, pois essas ações já foram indiciadas no espaço que a mesma ocupa” (BORGES FILHO, 2007, p. 35). Trata-se do espaço em antecipação da narrativa. (BORGES FILHO, 2011, p. 2-6).

Nesse contexto, é justamente a insinuação seguinte que parece instigar o leitor ao entendimento de qual será o fim da filha de Julião: ele fez um pouco de carinho na face de Elisa que se inclinou escondendo o rosto em seu peito. Enquanto isso, “Julião tinha procurado a custo apoderar-se de uma faca de caça deixada por Carlos sobre uma cadeira. Apenas o conseguiu, cravou-a no peito de Elisa” (ASSIS, 2008, p. 62). O leitor, antes dessa ação, percebe que o pior poderá acontecer e que os efeitos gerados contribuiriam para a ruína da vida da menina indefesa.

Totalmente em vão, “quando a sentinela correu para ele, não teve tempo de evitar o segundo golpe, com que Julião tornou mais profunda e mortal a primeira ferida. Elisa rolou no chão nas últimas convulsões” (ASSIS, 2008, p. 62). O capanga que o vigiava chamou-lhe de assassino, mas ele clamou que fez aquilo com outro propósito: “- Dize a Deus, minha filha, que te mandei mais cedo para junto dele para salvar-te da desonra” (ASSIS, 2008, p. 62).

Logo após, entrou Carlos juntamente com uma autoridade policial e vários soldados. A surpresa deles foi grande ao se depararem com o que havia se passado antes que chegassem ao local e, como resultado, Julião acabou sendo preso. Ele não negou o crime e “somente reservou-se para contar as circunstâncias dele na ocasião competente” (ASSIS, 2008, p. 62).

Depois do relato de todos esses fatos, Julião questionou ao narrador da história, se este poderia ser o seu advogado, ao que obteve como resposta: “- Serei seu advogado. Descanse, estou certo de que os juízes reconhecerão as circunstâncias atenuantes do delito” (ASSIS, 2008, p. 63). Por outro lado, Julião fez questão de explicar-lhe que não era essa a sua preocupação:

- Oh! não é isso que me aterroriza. Seja ou não condenado pelos homens, é coisa que nada monta para mim. Se os juízes não forem pais, não me compreenderão, e então é natural que sigam os ditames da lei. Não matarás, é dos mandamentos, eu bem sei... (ASSIS, 2008, p. 63).

Após isso, o advogado saiu do local desnordeado frente à tamanha tragédia. Na oportunidade, lembrou-se de um caso praticamente idêntico ocorrido há vinte e três séculos, com a filha de Virginius em que também “o desventurado pai, não conseguindo comover nem por seus rogos, nem por suas ameaças, travou de uma faca de açougue e cravou-a no peito de Virgínia” (ASSIS, 2008, p. 63). Porém, diferentemente do acontecido nos antepassados, restaram para Julião apenas a moral ultrajada e a malvadez triunfante.

Pio encontrava-se profundamente humilhado em virtude da atitude vergonhosa de seu filho. No seu entender, mesmo que Carlos não tenha sido o autor, acabou sendo a causa do crime e, como castigo, o justo homem fez seu filho adotar um novo gênero de vida tornando-se agora um soldado:

A muito pedido, mandei-o para o Sul, com promessa jurada, e avisos particulares e reiterados, de que, mal chegasse ali, assentasse praça em um batalhão de linha. Não é um castigo honroso? Sirva a sua pátria, e guarde a fazenda e a honra dos seus concidadãos: é o melhor meio de aprender a guardar a honra própria (ASSIS, 2008, p. 65).

O assunto não era bem quisto e, sempre que voltavam a tocar nos acontecimentos, o bom fazendeiro exalava sua mágoa. Quando o advogado contou-lhe que tomaria conta da causa em defesa do réu, ele deixou claro que o mesmo não poupasse esforços em alcançar a diminuição da pena de Julião: “Se for preciso, dizia ele, apreciar com as considerações devidas o ato de meu filho, não se acanhe: esqueça-se de mim, porque eu também me esqueço do meu filho” (ASSIS, 2008, p. 65).

Com tantas informações, o protagonista volta para casa de seu amigo em que estava hospedado e por lá passaram o restante da tarde falando a respeito dos fatos. Dias depois, instalou-se o júri a que Julião teria que comparecer. Como resultado, “o crime foi aprovado pelo depoimento das testemunhas, nem Julião o negou nunca. Mas apesar de tudo, da confissão e da prova testemunhal, auditório, jurados, juiz e promotor, todos tinham pregados no réu olhos de simpatia, admiração e compaixão” (ASSIS, 2008, p. 66).

Nesse ponto, é notável a caracterização das “personagens, situando-as no contexto socioeconômico e psicológico em que vivem” (BORGES FILHO, 2011, p. 2-6). Trata-se de um dos propósitos do espaço em relação a um contexto narrativo. Além dele, vale citar que o elemento espacial está representando “os sentimentos vividos pelas personagens” (BORGES FILHO, 2011, p. 2-6). Todos pareciam entender e simpatizavam com o pai sofredor de Elisa. As emoções estavam afloradas e todos, desde os profissionais do Direito, deixavam transparecer isso.

Por fim, “a acusação limitou-se a referir o depoimento das testemunhas, e quando, terminando o seu discurso, teve de pedir a pena para o réu, o promotor mostrava-se envergonhado de estar trêmulo e comovido” (ASSIS, 2008, p. 67). Após a fala do advogado e, mesmo sem saber ao certo o que disse, dois homens que ali estavam o abraçaram comovidos

invadindo a sala, eram eles o fazendeiro e o amigo que lhe dera hospedagem. Ao final, Julião foi condenado a dez anos de prisão, ou seja, os jurados estavam pautados tanto pela lei, quanto pelo coração.

Em relação aos espaços recorrentes no delongar da narrativa, em especial no que diz respeito àquele privilegiado sob a perspectiva do Direito, cabe dizer que “a construção ou simples referência espacial é responsável, entre outras, pela verossimilhança literária necessária à identificação e compreensão por parte do leitor” (BARBIERI, 2009, p. 108). Assim, enfatiza-se que “são ‘reflexos criados no mundo’, como se o texto adquirisse as propriedades de um espelho e refletisse aspectos do ‘mundo real’ no fictício” (BARBIERI, 2009, p. 108).

Frente ao exposto, fica claro que “o estudo do espaço é, necessariamente, interdisciplinar” (BORGES FILHO, 2007, p. 11). Tanto é verdade que “a noção de espaço ganha uma dimensão mais complexa, além de determinações físicas, informada por uma rede dinâmica de relações, econômicas, políticas, culturais, afetivas” (SILVA, 2011, p. 584). No texto narrativo em tela, tem-se também ampla influência do meio jurídico.

3. Considerações Finais

Caminhando para o encerramento da narrativa, o advogado alega escrever todos os fatos supracitados no momento em que Julião já havia cumprido sua sentença. Atualmente, o mesmo vive na fazenda com o pai de Carlos, pois o fazendeiro não queria que o pobre homem retornasse ao lugar de tamanha catástrofe. As cinzas de Elisa foram recolhidas em uma urna a mando de Pio, ao pé da qual ele e o pai da moça oravam com assídua frequência.

O fato é que “aqueles dois pais, que assistiram ao funeral das suas esperanças, acham-se ligados intimamente pelos laços do infortúnio” (ASSIS, 2008, p. 67) e, dessa forma, seguiam unidos em suas desgraças. Na fazenda, o nome de Elisa é sempre lembrado, mas o contrário ocorre em relação a Carlos e “Pio é o primeiro a não magoar o coração de Julião com a lembrança daquele que o levou a matar sua filha” (ASSIS, 2008, p. 67).

Por tudo isso, diz-se que “não há como entender a obra sem um olhar para o contexto social. Quando retratamos o momento histórico, conseguimos identificar os traços econômicos, políticos e os conflitos que permeavam aquele momento” (CHAVES & LIMA, 2011, p. 158). Além disso, é notável que a paisagem, “ora na posição de sujeito, ora na posição de objeto, [...] escapa à realidade linear, redutora e casual do cartesianismo, assim como do objetivismo e do cientificismo positivista, sendo limitada pelo fenômeno da percepção” (PINHEIRO NETO, 2011, p. 40).

Ao final, entende-se que o espaço “deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 1997, p. 26). Tal elemento, inserido na criação do texto literário, também resguarda essa importante função de propiciar uma compreensão aprofundada.

4. Referências

ALKMIM, Gustavo Tadeu. A retórica de Bento Santiago, um advogado. In: CORDEIRO, Marcus Vinicius (Org). **Reminiscências Jurídicas na Obra de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: OABRJ, 2008.

ARENDDT, João Cláudio & PELINSER, André Tessaro. **Duelo: o paradoxo da morte fútil**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/darandina/files/2010/01/artigo02.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Virginius* (narrativa de um advogado). In: CORDEIRO, Marcus Vinicius (Org). **Reminiscências Jurídicas na Obra de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: OABRJ, 2008.

BARBIERI, Claudia. **Arquitetura literária: sobre a composição do espaço narrativo**. In: BORGES FILHO, Oziris e BARBOSA Sidney (orgs). *Poéticas do espaço literário*. São Carlos SP: Claraluz, 2009.

BORGES FILHO, Oziris. **Espaço e literatura: introdução à topoanálise**. Franca SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2007.

BORGES FILHO, Oziris. **As funções do espaço na literatura**. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uftm.edu.br%2Frevistaeletronica%2Findex.php%2Fsell%2Farticle%2Fdownload%2F13%2F16&ei=6IW3UePZMqPZ0wHX6IDgBw&usg=AFQjCNGZg5rfl0CwYOe4ciUdrwpw6Pe_Q&sig2=qVqyk5eGl81kEZlmPd5e0A&bvm=bv.47534661,d.dmQ>. Data de acesso: 02 de Junho de 2013.

CANDIDO, Antonio. *A Personagem do Romance*. In: CANDIDO, Antonio [et al.]. **A Personagem da Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CHAVES, Glenda Rose Gonçalves & LIMA, Carla Sales Serra de. **Dom Casmurro de Machado de Assis: Uma Interface entre Direito e Literatura**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2011/10/14_2_lima_chaves_10.pdf>. Data de acesso: 20 de Maio de 2013.

GAMA-KHALIL, Marisa Martins. *O Espaço Labiríntico em “Duelo”, de Guimarães Rosa*. **Revista Cerrados**, Brasília, v. 17, n. 25, p. (01-13), abril. 2008.

LEAL, Luciana Ferreira. **O Patético no Conto “Virginius” de Machado de Assis**. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/CiII38a.htm>>. Data de acesso: 23 de Maio de 2013.

OLIVO, Luiz Carlos Cancellier de. **Direito e literatura em Machado de Assis**. Disponível em: < <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/direito-e-literatura-em-machado-de-assis/938>>. Data de acesso: 02 de Agosto de 2012.

PINHEIRO NETO, José Elias. **Uma viagem paisagística pelas zonas geográficas na obra “Morte e vida Severina” de João Cabral de Melo Neto**. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia do Campus de Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Wagner Rodrigues. **Construção da Interdisciplinaridade no Espaço Complexo de Ensino e Pesquisa**. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&CAD=rja&ved=0CDMQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Fcp%2Fv41n143%2Fa13v41n143.pdf&ei=04ewUbHMFbOs4APt5YHQBw&usg=AFQjCNHfy0Shr93RUKHgAAN_YI>

[_ephKEww&sig2=xYJ_2DJBMOCBdItQET4VPA&bvm=bv.47534661,d.dmg>](#). Acesso em 01 de Junho de 2013.

UMRIGAR, Thrity. **Um Lugar Para Todos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.